

Bruno e Thais

Diretoria da FAFICH, 2019-2023

Bruno Pinheiro Wanderley Reis diretor

Thais Porlan de Oliveira vice-diretora

Ao nos oferecermos à comunidade da FAFICH para o exercício da direção da casa, estamos cientes de que damos continuidade, acima de tudo, a uma empreitada iniciada há 80 anos, em 1939, com a fundação da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais. Essa instituição depois uniu-se à Universidade de Minas Gerais, federalizou-se, especializou-se na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG em 1968 – e, nesta ainda curta trajetória, nos trouxe muito longe na consolidação da pesquisa e da formação científica e humanística para muito além dos limites de Belo Horizonte ou mesmo de Minas, afirmando-se em todo o Brasil e hoje convivendo com naturalidade na cena internacional de suas áreas de atuação.

É desejável, porém, que um programa de ação, para uma chapa encabeçada por alguém que já tem atuado como vice-diretor da casa há mais de três anos, seja antes de tudo uma prestação de contas e um balanço – em que pese a eventual mudança de ênfases e prioridades que a reorganização da chapa, sob nova circunstância, acabará por induzir. Assim, é natural que este documento se debruce sobre a experiência iniciada em junho de 2016, quando Orestes Diniz Neto e Bruno Reis assumiram as funções, respectivamente, de diretor e vice-diretor da FAFICH-UFMG.

Na administração pública, para além (ou aquém) das funções de governo estritamente consideradas, sob condições normais toda gestão deve se apresentar como continuidade de um trabalho em busca dos objetivos permanentes da instituição – no caso da universidade, as missões indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão. Menos que mandatários apoiados em plataformas programáticas, na qualidade de dirigentes universitários, somos antes servidores no exercício de funções específicas, necessárias à vida da instituição a que servimos.

A exposição de um programa de ação em nosso contexto, assim, subordina-se em primeiro lugar à missão perene da instituição universitária, apoiada no pluralismo, na tolerância mútua, no debate racional que viabiliza a convivência não apenas pacífica, mas construtiva e fecunda entre ideias distintas e

interesses talvez antagônicos – tudo isso sempre a serviço da causa do esclarecimento que é ao mesmo tempo maturação pessoal e cultural, a serviço da Humanidade como um todo: a *Bildung* humboldtiana, que conforma o ideal da própria universidade moderna. Nesse espírito, cabe à direção de uma faculdade cultivar a sensibilidade não apenas para atuar naquilo que lhe compete, mas também para exercer a necessária mediação naquilo que *não lhe compete* diretamente, cabendo antes aos vários departamentos, cursos e núcleos de pesquisa, que tão frequentemente poderão ter entendimentos legitimamente distintos sobre matéria institucional.

Em segundo lugar, subordina-se também aos instrumentos jurídico-administrativos pelos quais os ideais próprios à causa universitária têm de materializar-se concretamente (às vezes de maneira tão canhestra) nas leis, estatutos e regimentos que conformam nosso dia-a-dia. Podemos e devemos fazer a crítica cotidiana desses instrumentos em busca de seu constante aperfeiçoamento. Mas o exercício da crítica não pode ser confundido com a licença para o arbítrio unilateral, e devemos obediência à norma enquanto ela tiver vigência. Salvo, talvez, nas excepcionalíssimas circunstâncias em que elas venham a chocar-se frontalmente com os valores da missão universitária enunciados acima – quando a universidade se verá chamada não só a posicionar-se, mas a justificar-se perante o público. Mais frequentemente, ditames prosaicos de controle documental e patrimonial, de acessibilidade e de garantia de condições adequadas de trabalho, estudo e convivência podem se revelar difíceis de se observarem com o rigor devido. Tais normas são bem mais do que aborrecimentos administrativos estéreis, porém: é em nossa capacidade de sua observância rotineira que reside, em larga medida, nossa capacidade de atender prontamente ao público e propiciar à comunidade interna um ambiente de trabalho, estudo e convivência devidamente organizado e mutuamente respeitoso.

Arquivo e Patrimônio

É fácil exemplificar. O principal aprendizado da experiência de trabalho na Diretoria é o desvelamento da mecânica administrativa da Faculdade na vivência do cotidiano no primeiro andar do prédio. Há alguns processos que se notam mesmo à distância, como a atuação da Secretaria Geral, que conduz boa parte dos procedimentos administrativos vinculados às atividades-fins da Faculdade; o Setor de Pessoal, com que todos convivemos; ou os setores de Compras e de Contabilidade, que têm de operar sob rotinas estritas por razões óbvias. Mais sutis são os meios pelos quais dois setores com os quais a comunidade tem interação menos direta têm impacto profundo na operação rotineira da Faculdade e nas dificuldades do dia a dia da comunidade. São os

setores de Patrimônio e Arquivo. Da qualidade da gestão patrimonial e arquivística na unidade dependerá boa parte da fluidez administrativa da instituição, com impactos decisivos sobre a qualidade do desempenho de nossas próprias atividades-fins, de pesquisa, ensino e extensão.

Neste momento, a FAFICH está profundamente empenhada em seu inventário patrimonial, assim como (com o apoio da Diretoria de Arquivos da UFMG) na organização de seu acervo documental. É um trabalho árduo, pois requer de maneira indispensável a adesão de cada secretaria e setor da unidade. Inclui a perseguição metódica e paciente de um trabalho de identificação e classificação dos acervos, até para viabilizar o necessário descarte dos bens inservíveis e dos documentos não arquivísticos, sob a supervisão do Arquivo Nacional. No embalo das celebrações dos 80 anos da FAFICH, esperamos poder acelerar o ritmo de organização do Arquivo Setorial em 2020, de modo a podermos inaugurar, em março de 2021, um Setor de Memória institucional que esteja apto a abrigar regularmente projetos de pesquisa junto a nosso acervo documental permanente.

As celebrações que irão iniciar-se tardiamente agora em 14 de novembro próximo deverão desdobrar-se em iniciativas análogas no âmbito de cada departamento ao longo de 2020. No esforço, pretendemos não apenas pautar a mobilização do Arquivo a partir de demandas oriundas dos departamentos, mas também sensibilizar diversos setores da FAFICH para a imensa importância potencial de uma boa gestão de nossos arquivos até para favorecer nossa agenda de pesquisa a partir do conhecimento devidamente documentado de nossa própria trajetória. Este seria o lastro institucional de um Setor de Memória orientado não apenas à documentação do passado, mas também, de modo consequente, à produção de conhecimento novo a partir da reflexão crítica que decorrerá fatalmente de nossa mera familiarização com nossa história institucional. Esse autoconhecimento é requisito, ainda não alcançado, de nossa plena maturidade institucional.

Congregação

A última gestão fez uma aposta alta na capacitação da Congregação em decidir questões complexas que usualmente se subordinam quase inteiramente a encaminhamentos centralizados na Diretoria. Tendo encontrado três comissões permanentes instituídas no âmbito da Congregação, desdobrou uma delas em três, totalizando cinco, encarregando-se de pautá-las de modo próximo (o que ainda não se logrou alcançar de modo efetivo) e assim induzir o funcionamento que ainda não havia sido logrado, em busca da cristalização de massa crítica coletiva em temas complexos, atinentes à administração da unidade. As três comissões iniciais eram (1) Relações Estudantis, (2) Recursos Humanos e (3)

Planejamento. Esta última pareceu abranger temas demais para poder organizar-se de modo plausível, e foi desdobrada em (a) Convivência e Segurança, (b) Infraestrutura e Uso do Espaço e (c) Orçamento. Infelizmente, a direção tem falhado, sem dúvida, em pautá-las devidamente rumo a um funcionamento minimamente rotinizado. Os motivos para isso parecem ser vários, mas é bem provável que elas tenham sido hiperdimensionadas em seu número de integrantes, além da incapacidade da Diretoria, frente à rotina, de pautar ativamente essas comissões, como apontamos acima. Por entendermos que esse funcionamento não chegou nem próximo ao ideal, acreditamos que elas ainda valem um esforço de institucionalização no próximo mandato antes de "jogarmos a toalha". Em abril cumprem-se os mandatos de uma parcela expressiva dos integrantes das comissões, e estamos inclinados a propor à Congregação que as comissões sejam então reduzidas a seis membros (três titulares e respectivas suplências), em vez dos doze atuais. Esperamos que seja possível então reunirmo-nos com cada comissão e pautar-lhes o trabalho de maneira mais precisa. Pautas há, sem dúvida, com questões controvertidas e providências a serem ponderadas em todas elas, para informação e subsídio a decisões a serem tomadas pela Congregação.

Idealmente, os membros de um colegiado são atores plenamente envolvidos com as questões da unidade, de modo que a mera participação num órgão como a Congregação, bem como todas as demais responsabilidades administrativas, devem poder ser prazerosas em si mesmas, e reafirmar esse pertencimento pelo reforço de nossa identidade institucional na representação de nossos setores de origem. Compreendemos, porém, que as múltiplas exigências do dia-a-dia real da instituição terminam por tornar essa rotina um fardo adicional, ocasionalmente desmotivador. Cientes disso, entendemos que é nossa obrigação trabalharmos intensivamente na melhoria constante da informação disponível junto a cada convocação, com sistematização e organicidade crescente da agenda da Congregação, em consonância cada vez maior com o trabalho da Secretaria Geral e o acompanhamento próximo do trabalho de suas comissões permanentes.

A melhoria contínua das condições de atuação da comunidade da FAFICH nos órgãos colegiados da Universidade é um imperativo estratégico para a administração da casa. Por sua complexidade administrativa e heterogeneidade disciplinar, a FAFICH é uma unidade que enfrenta dificuldades peculiares de coordenação interna, o que com frequência prejudica nossa capacidade de atuação coordenada em instâncias superiores. E o resultado indireto é que a FAFICH acaba por exercer uma influência relativamente reduzida nos processos institucionais da UFMG – menor do que se poderia esperar por seu tamanho e por sua condição de representante nuclear da grande área de Humanidades na instituição. Embora reconheçamos as dificuldades, entendemos que a Direção

da casa deve se empenhar para exercer toda mediação possível nesses processos, apoiando nossa comunidade no exercício pleno do papel que lhe cabe em nossa Universidade.

Comunicação institucional

Além de ouvir, é preciso falar, e essa tem sido uma flagrante debilidade. A direção da Faculdade basicamente não dispõe, hoje, de uma política de comunicação institucional assentada em qualquer rotina operacional. Nas últimas décadas, a Faculdade apoiou-se basicamente na boa vontade e na competência de Cláudia Fonseca e Enderson Cunha, que incluíam uma assessoria informal de comunicação da FAFICH entre suas demais obrigações cotidianas. Ao longo desse período, a proliferação de novas tecnologias e meios de comunicação criou uma paradoxal dificuldade na comunicação institucional. Há trinta anos, uma folha de papel impressa em mimeógrafo e distribuída em todos os setores da Faculdade tendia a alcançar toda a comunidade de maneira mais confiável que a profusão de meios disponível agora, já que hoje não há veículo que seja consistentemente checado por todos nós.

Agora, com a aposentadoria da Coca e a iminente saída do Enderson, caberá à Diretoria organizar alguma rotina quanto a esse flanco. Como, porém, somos a Faculdade que hoje abriga os cursos da área de Comunicação Social, já temos iniciado algumas consultas, ainda muito incipientes, sobre as perspectivas de fixação de rotinas junto a alguns dos laboratórios ligados aos cursos da área. Além do necessário trabalho de treinamento em Relações Públicas, de natureza talvez mais próxima ao cotidiano interno da Diretoria, não será nada mau se formos capazes de abrigar algum esforço jornalístico no âmbito da unidade que possa cobrir a vida da Faculdade com a autonomia e a independência necessárias ao exercício da atividade.

Convivência e qualidade de vida na FAFICH: escuta, acolhimento, acessibilidade e saúde mental

Naturalmente, o cumprimento de nossas obrigações legais não se esgota na atuação direta junto aos setores administrativos, mas reside também na garantia de um vasto repertório de direitos a nosso público, desde a acessibilidade física do prédio até a organização de serviços de acolhimento e escuta e a formulação de políticas eficazes de proteção à saúde mental na comunidade.

A expansão e a diversificação do acesso em décadas recentes é uma das mais importantes e bem-vindas transformações já vividas pela universidade pública no Brasil. Neste contexto de contestação política da universidade pelo próprio governo, é fundamental que a universidade pública possa se apresentar à

sociedade, simultaneamente, como *locus* de excelência e de inclusão. Mas, justamente por isso, seria um grave erro cometermos a ingenuidade de minimizarmos o potencial de tensões e conflitos que semelhante expansão traz para a convivência universitária. É indispensável, portanto, que a instituição saiba se antecipar e desarmar conflitos, evitando o sofrimento ainda em seu nascedouro. Nesse espírito a UFMG aprovou a resolução 09/2016, que dispõe sobre "a violação de direitos humanos e a erradicação de atos discriminatórios de qualquer natureza" no âmbito da Universidade. A Congregação da FAFICH se seguiu, aprovando em 2017 uma "Nota de repúdio a toda forma de assédio e conduta abusiva no interior da comunidade acadêmica", que reafirma a resolução da UFMG e procura fixar critérios próprios para os parâmetros de convivência esperados na unidade.

Voltada para essa preocupação, foi instituída comissão permanente (que hoje necessita de novas designações) para conceber ações orientadas para se atacar a questão do assédio moral na FAFICH. Ainda em processo de implantação, embora mais adiantado, foi instituído também o Centro de Convivência Negra da UFMG, abrigado em sala da FAFICH desde sua fundação, nos meses que se seguiram à ocupação da unidade, na virada entre 2016 e 2017. Hoje um projeto apoiado pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), aprovado em sua chamada de apoio a ações afirmativas na UFMG, o CCN consta como um coletivo estudantil no site da PRAE, mas de fato tem sido coordenado desde sua fundação pela professora Vanicléia Silva Santos, do Departamento de História, e pretendemos que se torne um órgão suplementar da UFMG. Órgãos suplementares são vinculados à Reitoria e servem à UFMG como um todo; órgãos complementares se vinculam a unidades específicas. Para isso, temos de propor um regimento para o CCN, a ser aprovado no Conselho Universitário. Nesse esforço, já fizemos visita à UnB para nos informarmos sobre a experiência deles (onde o CCN é uma diretoria dentro da estrutura da Reitoria) e prevemos novas visitas a universidades do Brasil que já abrigam iniciativas análogas.

Independente dos esforços de prevenção de conflitos evitáveis, é preciso admitir que nem sempre eles serão bem-sucedidos em evitar atos irregulares. Nesses casos é necessário recorrer, de modo ao mesmo tempo diligente e criterioso, aos instrumentos internos de responsabilização formal de que dispomos em nossas sindicâncias investigativas, termos circunstanciados e processos administrativos. É preciso ter em mente que, mais que um instrumento punitivo arbitrário, o processo é um direito do réu, que encontrará ali a proteção de seus direitos diante de uma acusação ou queixa fundamentada, de modo bem mais eficaz do que se for exposto à difamação informal cotidiana que a nossa eventual hesitação favoreceria.

Também relacionado a nossa obrigação de boa acolhida e convivência em nossa comunidade, agora com o foco voltado para a preocupação com a saúde e qualidade de vida na Fafich, foi criado o Núcleo de Acolhimento e Diálogo. O NAD funciona provisoriamente em um espaço no primeiro andar da Biblioteca da FAFICH e objetiva acolher, escutar e orientar pessoas em situação de estresse e que precisam de apoio, via busca espontânea por técnico-administrativos, estudantes e docentes da unidade. Nosso compromisso é fortalecer o NAD, em busca de sua plena institucionalização, e fomentar parcerias com outros projetos e ações dentro da Universidade que visem ao bem estar e à melhor convivência de todos. As ações possíveis contemplam desde o âmbito acadêmico e institucional até questões sobre saúde mental e relações interpessoais, sempre valorizando relações éticas, a observância dos direitos e deveres implicados e, sobretudo, o cultivo obstinado do respeito devido pela instituição tanto aos integrantes da comunidade como a seu público externo.

Embora tenha havido melhorias nos elevadores, um banheiro já tenha sido adaptado por determinação do Ministério Público e a Faculdade já disponha de projeto aprovado para a garantia de acessibilidade em todos os demais banheiros da FAFICH, resta muito por fazer no campo da acessibilidade: sinalização adequada e piso tátil são apenas alguns exemplos óbvios, que poderão ser longamente acrescidos a partir do desenvolvimento e implantação de um plano real de acessibilidade para pessoas com deficiência em nossa unidade, iniciando com a escuta das demandas dos próprios interessados.

Segurança

Segurança tem sido um tema sensível na Faculdade, e as percepções compartilhadas quanto ao tema incidem de maneira importante sobre a própria sociabilidade na FAFICH, a começar pela forte sensação de insegurança disseminada entre as mulheres da comunidade, especialmente no período noturno. Ainda no início da gestão passada, em setembro de 2016, a Congregação aprovou a instalação de câmeras de segurança na unidade. Infelizmente, a instalação só veio a acontecer mais de dois anos depois, em fins de 2018. Será preciso esperar mais tempo para uma avaliação mais plena da eficácia da medida, mas é fato que se observou uma queda drástica no registro formal de furtos na FAFICH: uma única ocorrência de furto registrada até aqui em todo o ano de 2019. Por outro lado, a Faculdade foi palco, em 22 de maio, de uma operação policial que se seguiu a algumas semanas de alegada intensificação do tráfico de drogas em nossas dependências, e que resultou na prisão em flagrante de três pessoas e duas condenações subseqüentes por tráfico. Foi um episódio muito grave, e todos nós temos o dever de tomar todas as medidas para que nunca se repita.

Uma parte nevrálgica da estratégia institucional adotada quanto a isso diz respeito a nossas relações institucionais com as entidades estudantis, seu pleno reconhecimento e a provisão, longamente devida, de condições adequadas para seu funcionamento entre nós, a que voltaremos abaixo. Outra parte se relaciona à proposta de controle de acesso que tem tramitado nas três congregações de nosso complexo. De fato é uma discussão de que a Faculdade não tem como se esquivar perante a sociedade, num momento em que são feitas três prisões em flagrante em nossas dependências, de pessoas não pertencentes à comunidade, não identificadas, e que no entanto descobrimos frequentarem a casa em bases regulares, para a prática reiterada de atividade criminosa. Diante dessas circunstâncias, estamos obrigados a refletir seriamente sobre as rotinas adotadas na administração do acesso do público externo a esta casa. Salvo nos horários em que o prédio se encontra fechado, nunca quisemos barrar ninguém. E continuamos firmes na intenção de não barrar ninguém. Justamente por isso, depois de tudo o que aconteceu, talvez a única maneira viável de mantermos plenamente aberto o acesso ao prédio pelo público externo seja pela plena e universal exigência de identificação de todas as pessoas que entrarem, a começar pelo público interno. Como é nossa obrigação, o tema tem sido discutido e hoje um projeto de controle de acesso se encontra aprovado nas três casas de nosso complexo, embora seja objeto de um pedido de reconsideração na FAFICH, em apreciação. Em tese, o ideal seria que pudéssemos nos movimentar anonimamente sem riscos para o patrimônio público e seus usuários. Com tudo o que tem acontecido no país em tempos recentes, porém, nosso dever no cuidado desse patrimônio nos obriga a considerarmos com a devida seriedade essa cautela adicional. Em tese, a existência de um controle formal de acesso poderá dispensar os profissionais que atuam nas portarias de quaisquer critérios informais, que na sua semi-inconsciência fatalmente dão vazão aos infinitos preconceitos que conformam a heteronormatividade e o racismo estrutural onipresentes em nossa experiência histórica. Ainda assim, qualquer viés indevido que porventura venha a emergir poderá e deverá ser prontamente apontado e corrigido, se apenas estivermos à altura de nossa missão institucional.

Entidades estudantis

O princípio de que cada ator institucional deve ser ouvido pelo menos nos limites de suas competências formais é um imperativo incontestável. No plano prático, tende também a conferir maior previsibilidade às ações da Diretoria, disseminando confiança mútua no interior da comunidade e melhorando as perspectivas de sistematização construtiva das rotinas da casa. Dito assim, a seco, sem maiores adornos, o princípio pode até soar restritivo – mas, pelo menos no caso das entidades estudantis, talvez tenha favorecido um aumento da

confiança mútua entre a gestão e o movimento estudantil, tornando-se o veículo de um reconhecimento longamente devido pela casa.

Tomadas a sério as entidades como representantes e porta-vozes formais do corpo discente e observadas as normas estatutárias e regimentais quanto a suas prerrogativas e direitos (como é nossa obrigação regimental), elas passam a mostrar-se bem mais pró-ativas na observância de suas próprias responsabilidades quanto à garantia de mandatos anuais, designação formal de seus gestores junto à direção da casa, com rotinização progressiva de consultas e prestações de contas mútuas. Na FAFICH, essa relação é nevrálgica: das 29 entidades reportadamente existentes na UFMG, nada menos que nove (quase um terço delas) têm sede em nossa Faculdade: coordenação formal, previsibilidade e confiança mútua entre elas e a gestão da casa são ingredientes essenciais à vida da unidade. Quando essas entidades se esvaziam, e perdem tração junto ao corpo discente, é como se toda a faculdade girasse em falso, numa atividade frenética em que as rodas não se conectam, e a Diretoria passa a enfrentar dificuldades na implementação de políticas institucionais que dependam de concatenação com o corpo discente. As entidades não estão nos estatutos universitários por um favor dos colegiados superiores, mas porque a instituição *precisa* delas para viabilizar comunicação e coordenação minimamente eficazes com seu numeroso alunado. No contexto da FAFICH, com tantos e tão diversificados cursos que produziram historicamente tantos centros acadêmicos, uma das piores coisas que pode acontecer é o eventual esvaziamento das entidades. Precisamos de entidades estudantis fortes, organizadas, cotidianamente povoadas pelos estudantes nelas representados e assimiladas, onde couber, pelas rotinas e procedimentos da universidade, para que elas possam exercer sua missão estatutária em todas as suas prerrogativas – e assim protegerem-se de maneira plausível contra a reiterada infiltração dos espaços por grupos e interesses externos à universidade e alheios à nossa missão institucional.

Por tudo isso o esforço que vem sendo feito ao longo dos últimos meses não se resume à necessária renovação física, mas contempla também uma normalização *administrativa* dos espaços, orientadas por nossa obrigação de proporcionar bases sólidas para a atuação da representação discente: novas permissões de uso das salas, compartilhamento de chaves com a Gerência Administrativa da FAFICH, inclusão das salas na rotina da faxina do prédio e no Sistema de Controle Patrimonial (como divisões dos respectivos colegiados de cursos) são algumas das principais medidas em implementação. Contra o insulamento e a depredação dos espaços, a ideia é viabilizar a intensificação de suas atividades acadêmicas, culturais e sociais.

Neste contexto, a permanência da proibição das festas na unidade, em vigor desde 2015, é o sintoma da permanência de uma relação institucional ainda

precária entre a instituição e o corpo discente. Trabalhar para superar a proibição das festas – talvez com calendários antecipados, sempre na necessária observância das resoluções vigentes sobre o assunto no âmbito da UFMG – é uma clara agenda que poderá ser discutida de maneira construtiva no âmbito Comissão de Relações Estudantis, para exame posterior pela Congregação. Em 2017, o DA-FAFICH pediu e obteve da Congregação, sob supervisão da Reitoria e estrita observância das normas da UFMG, uma autorização em caráter excepcional para a realização de uma festa nas calouradas de agosto daquele ano. A ideia, para subsidiar eventual suspensão da proibição, era realizar uma avaliação subsequente – que lamentavelmente não se materializou. Desde então, a direção da FAFICH tem negado a autorização de festas de maior escala, embora mantenha o entendimento de que uma entidade não tem de pedir autorização para simplesmente convidar seus estudantes e recebê-los em sua sede.

Agradecimento

É inevitável certa sensação de desvio de função quando um quadro acadêmico altamente especializado, escassamente treinado para qualquer outra coisa além de seu *métier*, se vê confrontado com a necessidade de gerir pessoas e processos de considerável complexidade com escassos recursos de administração. Esta mesma circunstância, porém, acaba por se configurar num teste valioso de nossa própria maturação profissional. Sim, as exigências não são pequenas, as ocasionais frustrações são inevitáveis e a quota de erros é certa. Mas é preciso admitir que a perspectiva de poder modestamente contribuir, a partir de uma posição mais central, para uma Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas mais pacificada e autoconfiante, com patrimônio e arquivos reorganizados e pesquisáveis, ciente de suas origens e orientada por visões de seu destino pode ser, tem sido, uma experiência profissional gratificante, que mobiliza muito claramente o labor cotidiano a serviço de propósitos coletivos de largo alcance. Poucas causas valerão tanto.

Belo Horizonte, 30 de outubro de 2019.

Bruno Pinheiro Wanderley Reis

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (1987), mestrado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ (1990) e doutorado em Ciência Política também pelo IUPERJ (1997). Atualmente é professor associado e, desde 2016, vice-diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, lotado desde 1994 em seu Departamento de Ciência Política. Foi coordenador do Programa de Mestrado em Ciência Política (1997-1999) e do Curso de Graduação em Ciências Sociais da UFMG (2004-2006). Integrou a diretoria da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP, 2008-2010) e serviu como seu secretário-adjunto no biênio seguinte (2010-2012). Integrou também a diretoria da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs, 2013-2014) e o comitê acadêmico da mesma Anpocs (2016-2018). Com bolsa da Capes, cumpriu estágio sênior na University of Pennsylvania (2014-2015). Integrou recentemente o grupo de pesquisadores do projeto "Dinheiro e Política: a influência do poder econômico no Congresso Nacional", no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2016-2017. Tem atuado em diversas áreas da Ciência Política, com ênfase recente no estudo comparativo da interação entre sistemas eleitorais e financiamento de campanhas.

Thais Porlan de Oliveira

Graduada em Psicologia pela UFSCar; Especialista em Terapia Comportamental, concluiu Doutorado em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos e Pós-doutorado (CNPQ) desenvolvido junto ao Departamento de Psicologia e ao Laboratório de Interação Social (LIS), da UFSCar. É professora Associada do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia: Cognição e Comportamento da UFMG. Tem interesse na interface entre Análise do Comportamento e Psicologia do Desenvolvimento, atuando principalmente nos temas relacionados à aquisição do comportamento simbólico em bebês e crianças pequenas com desenvolvimento típico e transtornos do desenvolvimento. Os estudos abordam especialmente variáveis experimentais, linguagem, comportamento verbal, aprendizagem relacional e aprendizagem cooperativa. É pesquisadora e coordenadora local na UFMG do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino (INCT-ECCE), coordenado pela Profa. Dra. Deisy de Souza da UFSCar. Foi Chefe do Departamento de Psicologia entre 2015 e 2017. Atualmente é membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e da Câmara de Pós Graduação da UFMG.